



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

**EXECELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP**

PROCESSO : TC-00007190.989.20-2

INTERESSADOS : PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUILHO

**: PREFEITO ALDOMIR JOSÉ SANSON
(PERÍODO 01/01 A 29/08/2021)**

**: PREFEITO JOSÉ ROBERTO PILON
(PERÍODO DE 30/08 A 31/12/2021)**

ASSUNTO : CONTAS DE PREFEITURA

EXERCÍCIO : 2021

INSTRUÇÃO POR : UR-09

**PROCESSO(S) : 00001243.989.21-7, 00007217.989.21-9
DEPENDENTE(S)**

MUNICÍPIO DE CERQUILHO/SP, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 46.634.614/0001-26, com sede no Paço Municipal, situado na Rua Eng.º Urbano Pádua de Araújo, nº 28 – Centro – Cerquillo/SP, e, **PREFEITOS MUNICIPAIS**, neste ato representados, por seu Procurador Jurídico Municipal, nos termos da Lei Complementar nº 219, de 16 de dezembro de 2014, vêm, respeitosamente, perante Vossa Excelência, em tempo, complementar suas alegações, o que faz expondo e requerendo o que segue:



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

I. DAS MANIFESTAÇÕES NOS AUTOS

Data máxima vênica, verifica-se que as judiciosas alegações do D. Ministério Público de Contas não merecem prosperar pela absoluta impropriedade destas, já que não condizem com a realidade fática presenciada neste Município conforme passaremos a elucidar.

II. DA CALAMIDADE PÚBLICA EM 2021

Conforme exaustivamente explicitado e reconhecido pela Unidade Regional Fiscalizatória, no Exercício de 2021, o Município estava sob Decreto de Calamidade (Evento 48.4), cujo reconhecimento foi devidamente constatado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por meio do *Decreto Legislativo Estadual n.º 2.502, de 26 de abril de 2021, publicado no Diário Oficial datado de 27 de abril de 2021*, vez que, não só o Município, como o mundo, estavam ainda sobre os efeitos da pandemia causada pela Covid-19.

Tal medida desvenda os enormes desafios suportados pelos Administradores Públicos, que em meio a luta para garantir a saúde dos cidadãos, *oportunizando meios de tratamento médico, internação e posterior vacinação de sua comunidade*, estavam as voltas com a necessária continuidade dos demais serviços a serem prestados, o que envolve uma gama de procedimentos, ações e atos, frisa-se, em meio a uma pandemia sem precedentes na história moderna da humanidade.

Entendemos que mencionada situação deve ser levada em consideração, até mesmo por expressa disposição legal¹, quando se

1



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

pretende analisar a conduta do Administrador Público sob qualquer ótica, ainda mais quando envolto em situações de terríveis proporções como o caso. Tal premissa deve ser adotada, quando se pretende *apontar a irregularidade na contratação de profissionais temporários para órgãos da saúde*, cujo emprego se justificou pela situação suportada naquele exercício, sem olvidar da necessária avaliação dos relatórios do Controle Interno, que foram realizados por *servidor público efetivo*, respeitando-se as balizas legais e procedimentais, aptas a aferir o acompanhamento das políticas públicas implantadas, que não podem ser maculadas pelo indicativo de mera formalidade de confecção.

III. DO PLANEJAMENTO E DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

• PRÊMIO CIDADES EXCELENTES

No que se refere aos apontamentos referentes ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, que levaram o Douto M.P.C. a emitir parecer desfavorável a aprovação das contas em testilha, a contrário senso, vemos que o Município manteve-se dentro da média dos indicadores do ano de 2020, sendo que do total de **07 (sete)** áreas analisadas, manteve-se em estabilidade em **06 (seis)** destas, *frise-se em pleno enfrentamento a pandemia causada pelo Covid-19*.

Ora, Nobre Excelência, se tal feito não é notável sob qualquer ótica, *principalmente na efetividade das políticas públicas de*

DECRETO-LEI Nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 - (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, será considerado as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

qualidade á população, conforme crítica do d. M.P.C., não se sabe o que mais o que pode ser feito para demonstrar a *boa governabilidade do Município* em plena crise de saúde mundial.

A robustecer a efetividade da condução das políticas públicas do Município no Exercício de 2021, respeitado entendimento diverso do d. Ministério Público de Contas, cumpre-nos sobrelevar a Nobre Eminência, fato público e notório ocorrido no ano de 2021, quando o Município de Cerquillo foi *premiado* pelo Programa **“Prêmio Band Cidades Excelentes”²**, *que veio para incentivar a melhoria da realidade dos municípios brasileiros, por meio da premiação de boas práticas da gestão pública.*

A iniciativa é uma parceria do Grupo Bandeirantes com o Instituto Aquila, e direcionado a todos os municípios do país. O instrumento empregado na avaliação é o Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA), que utiliza conceitos de big data e reúne as informações públicas mais atualizadas de todas as cidades do país. Essa plataforma é estruturada com base em Inteligência Artificial que, a partir de um algoritmo, consolida resultados de indicadores em uma única nota final avaliando cinco pilares: Eficiência Fiscal e Transparência; Educação; Saúde e Bem-Estar; Infraestrutura e Mobilidade Urbana e Desenvolvimento e Ordem Pública.

No referido programa, reconhecido nacionalmente, o Município foi premiado em 2021, dentro todos os Municípios brasileiros, nos pilares **EDUCAÇÃO** e **DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E ORDEM PÚBLICA³**, senão vejamos:

² <https://premiocidadesexcelentes.band.uol.com.br/>

³ <https://www.band.uol.com.br/noticias/premio-band-cidades-excelentes-anuncia-vencedores-das-melhores-gestoes-publicas-do-pais-16461853>



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

PILAR EDUCAÇÃO

Municípios entre 30 mil e 100 mil habitantes

1º Lugar: Igrejinha – RS

2º Lugar: Pomerode - SC

3º Lugar: Cerquillo - SP

PILAR DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

E ORDEM PÚBLICA

Municípios entre 30 mil e 100 mil habitantes

1º Lugar: Braço do Norte – SC

2º Lugar: Cerquillo- SP

3º Lugar: Carlos Barbosa - RS

Isto posto, embora respeitado em mais alto grau as alegações lançadas pela Douta Procuradoria de Contas, temos que a análise das contas do exercício 2021 não podem ser maculadas por suas alegações, *já que demonstrada a plena efetividade das políticas públicas voltadas aos munícipes*, atestadas até mesmo por entidades de alta relevância, como alhures demonstrado, o que corrobora com a efetividade do serviço público, especialmente nas áreas da **EDUCAÇÃO** e do **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ORDEM PÚBLICA**.

Ex positis, medida de justiça será a aprovação das Contas do Município de Cerquillo no Exercício de 2021, pelos argumentos lançados na presente, que a nosso sentir, corroboram com o primado defendido por este ínclito Tribunal Bandeirante de Contas.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

IV. DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Em relação aos subsídios dos Secretários Municipais e assemelhados tem-se que os valores recebidos e impugnados pelos setores de fiscalização o r. Tribunal Bandeirante de Contas foram pagos na forma de legislação vigente, que embora suscitada ao Ministério Público do Estado de São Paulo, *encontra-se vigente no ordenamento legal do Município desde o Exercício de 2004*, não pesando quaisquer apontamentos sob o tópico nas Contas Anuais apreciadas até então, o que demonstra a boa-fé dos Administradores que por aqui exercem ou exerceram seus mandatos.

Note Excelência, que os valores recebidos pelos servidores públicos ocupantes de cargos de Secretário e assemelhados têm natureza alimentar, já que devidamente *tributados e pagos na forma de justa contraprestação pelos serviços prestados*, não havendo que se falar em má-fé como se manifesta o D. Ministério Público de Contas, isto porque, não possuem ascendência sobre a forma de cálculo instituído pela legislação levada ao conhecimento de V. Excelência, o que prova de forma límpida, **a boa-fé destes servidores públicos efetivos.**

Neste cotejo, o ínclito Tribunal, na análise dos autos do TC n.º 010666/989/20, das contas do Município de Colômbia, em que se pode aferir ter havido caso análogo ao apontamento aqui combatido, entendeu que os valores recebidos por servidores públicos ocupantes de cargos de Secretários atenderam o princípio da boa-fé, deixando de exigir a devolução dos valores, bem como, não aplicando qualquer sanção aos envolvidos.



Prefeitura Municipal de Cerquillo

PROCURADORIA JURÍDICA

Por fim Excelência cumpre-me informá-lo que, tomando conhecimento do apontamento realizado pela Fiscalização, o atual gestor José Roberto Pilon, agindo no dever de ofício e de modo a demonstrar o respeito aos entendimentos esposados por este i. Tribunal determinou a adequação dos valores recebidos pelos Secretários e assemelhados ao teto estabelecido em Lei, de modo a aguardar o deslinde do presente.

DOS PEDIDOS

Prestados os esclarecimentos, julgamos que os procedimentos formais apontados em nada comprometeram o objetivo pretendido pela administração, pois não restou configurada em nenhum momento malversação na aplicação dos recursos públicos, nem tampouco prejuízo que seja ao Erário, merecendo, portanto, **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação da prestação de contas do **ANO DE 2021**.

Cerquillo/SP, 28 de março de 2023.

ANDERSON A. RODRIGUES

Procurador do Município

OAB/SP 271.104

(assinado digitalmente)